

AS RELAÇÕES COTIDIANAS DE UMA FAMÍLIA DE CAFEICULTORES, NAS MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS (1897-1943)

Gelise Cristine Ponce Martins

Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: O presente artigo realizamos uma breve análise da história de vida de Braz Ponce Martins, filho de imigrantes espanhóis e cafeicultor, contada em sua autobiografia *Memorial de um Século de Cafeicultores*. O estudo desta fonte é relevante porque a memória individual se apoia na memória coletiva, pois todo indivíduo faz parte de um grupo. Metodologicamente, selecionamos as histórias de suas origens e de sua infância, inserindo-as em seu devido contexto histórico, que remonta à imigração espanhola para São Paulo e à colonização do norte do Paraná. Uma vez que a família de Braz participa do processo de expansão cafeeira do oeste paulista para o norte do Paraná, no intuito de adquirir terras. Indubitavelmente, as narrativas sobre o cotidiano dos cafeicultores na primeira metade do século XX, é a grande contribuição que a autobiografia traz para a História.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Cotidiano, Cafeicultura

ABSTRACT: This paper presents a brief analysis of the life history of Ponce Braz Martins, son of Spanish immigrants and coffee farmer, writing in his autobiography *Memorial of a Century of Coffee Growers*. The source of this study is relevant because the individual memory relies on the collective memory, because every individual is part of a group. Methodologically, we selected the stories of his origins and childhood, placing them in their historical context, dating back the Spanish immigration to Sao Paulo and the colonization of the north of Paraná. Once Braz family's participates in the process of coffee expansion of the west of Sao Paulo to the north of Paraná, in order to obtain land. Undoubtedly, the narrative about the daily lives of farmers in the first half of the twentieth century is the great contribution that the autobiography brings to history.

KEYWORDS : Memory, Everyday, Coffee Cultivation

Ficção ou documento? A autobiografia como fonte para a história

Melhor que um modelo teórico, a autobiografia como testemunho (...) podia efetivamente revelar as realidades socioeconômicas de uma época, contribuir para apurar a descrição das categorias profissionais, informar sobre a vida cotidiana e os costumes (LÉVILLAIN, 1996: 166-167).

No artigo que se segue, convencionou-se eleger um aspecto da memória individual: o relato autobiográfico escrito e discutir as concepções teóricas que embasam a utilização desta fonte para a realização da pesquisa no âmbito da disciplina histórica. Trata-se da história de vida de Braz Ponce Martins, relatada no livro *Memorial de um século de cafeicultores* (2003), em que se analisaram as relações cotidianas de uma família de cafeicultores de origem espanhola, no contexto da “marcha para o oeste”. Este processo consistia na busca de terras ainda não esgotadas pelo processo predatório de cultivo, que de São Paulo chega a alcançar o norte do Paraná (BELLOTTO, 1992).

Primeiramente, justificar-se-á a relevância da autobiografia como fonte histórica. A memória individual não está inteiramente isolada, fechada. Para evocar seu próprio passado, um homem tem a necessidade de apelar às lembranças dos outros, a pontos de referências que existem fora dele, na sociedade. A memória autobiográfica apoia-se na memória social, pois toda a história de vida faz parte da História (HALBWACHS, 2004).

Logo, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo lugar, os “vividos por tabela”, pelo grupo e pela coletividade as quais a pessoa se sente pertencer. A identificação com este passado é tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992). A memória constitui um elemento de identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 2001). Para Ricoer, esta é mais do que simples objeto da história, permanece como a guardiã de algo que efetivamente ocorreu e aproxima-se da História pela sua “ambição de veracidade” (*apud* SILVA, 2002).

Não há lembrança decorrente da imaginação pura e simples, ou de uma representação histórica exterior. As lembranças dos outros reforçam e completam a do indivíduo, na medida em que se relacionam com os eventos que constituem seu passado. Pois cada um é membro de vários grupos ao mesmo tempo, maiores e menores (HALBWACHS, 2004).

A memória pessoal transforma-se em fonte histórica, justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertence ou pertenceu. Neste sentido, um texto de memória autobiográfica é forma singular mais acabada de uma memória

coletiva (MALUF, 1995).

A história pertence, sobretudo, àqueles que a viveram e cabe ao historiador torná-la inteligível a seus contemporâneos. Um indivíduo quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador, não falará senão, do presente. Com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que pretende recuperar com sinceridade e veracidade (ROUSSO, 2001).

Entretanto, é necessário questionar quais são os limites impostos pela utilização da autobiografia como fonte. Autobiografia é ficção ou documento? O que leva alguém a se autobiografar? Por que julga relevante seu próprio testemunho sobre o momento social que viveu? De acordo com Calligaris (1998), diários íntimos e autobiografias respondem à necessidade de confissão, justificção ou de invenção de um novo sentido. Onde o indivíduo concebe sua vida não como uma confirmação de regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura para ser inventada.

Para Aguiar (1997), a autobiografia é reconstrução do passado a partir da perspectiva de alguém que considera sua história digna de registro e nunca olha para o ontem de modo descompromissado. Quem a redige se situa no presente e refere-se ao passado evocando, avaliando e analisando o que viveu. Segundo Otávio Ianni, ninguém escreve memória para falar mal de si mesmo (CUNHA, 2009). Bourdieu (2001) fala sobre a “ilusão biográfica”, onde o indivíduo sempre incorpora um sentido à sua trajetória, como se tudo já levasse a um fim predeterminado.

Deste modo, uma obra autobiográfica enquadrar-se-ia muito mais no âmbito da literatura do que no da História. E, segundo Velloso (1998), não se pode considerar a produção literária enquanto instância portadora ou refletora do mundo social. Esta concepção, de matriz positivista, é simplista porque considera que a única função da obra literária seria registrar os fatos. Ao passo que, esta resulta de convicções, códigos e costumes sociais. E se porventura exprime a sociedade, também a modifica e até mesmo, nega-a. Se a literatura emerge de uma realidade histórica, isto não implica que deva ser sua fotografia.

A partir desta explanação, poderíamos chegar à conclusão de que a *literatura não é documento; história é documento* (VELLOSO, 1988: 258). Porém, é sabido que a oposição objetividade x subjetividade resulta enganosa e não se pode incompatibilizar o discurso histórico e o discurso literário. A obra literária não se indispõe totalmente com a realidade objetiva e pode fornecer um retrato de uma época, ainda que recriada poeticamente

(VELLOSO, 1988).

Até mesmo obra histórica guarda certa dose de subjetividade (VELLOSO, 1988). Como lembra Paul Veyne (1982), do mesmo modo que o romance, a história seleciona, simplifica e organiza o tempo. O historiador se aproxima da ficção ao fazer com que um século caiba numa página.

A autobiografia é, de acordo com Queiroz (1991), enquadrada na categoria de história de vida, cuja única intermediação está no registro escrito. Não podemos esquecer que, quando lemos narrativas de memórias, não lemos a própria memória, mas suas transformações através da escrita (BURKE, 2000). Portanto, cabe à história, em razão de sua função crítica, remediar e corrigir as fragilidades e os abusos da memória (SILVA, 2002).

Os historiadores têm que estudar a memória como uma fonte histórica, elaborar uma crítica da confiabilidade da reminiscência, no teor da crítica tradicional dos documentos históricos (BURKE, 2000). Pois, até a mais subjetiva das fontes, tais como uma história de vida individual, podem sofrer uma crítica, por cruzamento de informações obtidas a partir de fontes diferentes (POLLAK, 1992). Embora toda fonte histórica derivada da percepção humana, seja subjetiva (THOMPSON, 1992).

No campo da história da memória, a função da testemunha não tem por que ser diferente daquela que lhe é atribuída na historiografia em geral, cabendo ter com ela as mesmas precauções (ROUSSO, 2001). É indispensável reconstruir o contexto em que age o indivíduo (LEVI, 2001). Uma vez que a leitura de uma história de vida não é uma tarefa simples, como ponto de partida, necessita da delimitação de um problema de pesquisa, para que ofereça elementos necessários para a construção do contexto social ao qual se refere (SANTOS, 2005).

Considerando que, tanto a memória individual como a memória social é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis e é mister compreender como são concretizadas e por quem, assim como os limites desta maleabilidade (BURKE, 2000).

Em suma, lembrar o passado e escrever sobre ele, não parecem mais atividades tão inocentes que outrora se julgava que fossem. Tanto a memória, quanto a história revelam-se cada vez mais problemáticas; nem uma nem outra parecem ser mais objetivas. Em ambos os casos, os historiadores devem levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção condicionadas por grupos sociais (BURKE, 2000).

Os críticos da memória colocam-na como não confiável como fonte histórica, alegando ser distorcida pela deterioração física e nostalgia da velhice (THOMPSON; FRISCH; HAMILTON, 2001). Por outro lado, Bosi (1994), em seu estudo sobre memórias de velhos, entrevistando pessoas maiores de 70 anos, demonstrou que, nas lembranças de idosos, é possível verificar uma história social bem desenvolvida.

Quando os idosos deixam de ser membros ativos na sociedade, assumem a função própria de lembrar. E sua memória pessoal passa a ser uma memória social, familiar e grupal. Bosi (1994) afirma que, a autobiografia, a narração da própria vida, constitui-se no testemunho mais eloquente dos modos que a pessoas tem de lembrar.

O relato autobiográfico pode ser enriquecido mediante entrevistas a pessoas próximas do protagonista (GONZÁLES MARTÍNEZ; NARANJO OROVIO, 1984). Visto que os acontecimentos da vida do indivíduo que se fazem mais presentes, são também os gravados na memória dos grupos mais chegados a ele (HALBWAHS, 2004). Diante disso, entrevistamos Mariana Gonçalves Martins, esposa de Braz e seu filho, Gines Ponce Martins, a fim de esclarecer pontos da narrativa ligados à problemática a qual nos propusemos estudar, baseando-nos na metodologia da história oral.

História Oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo (QUEIROZ, 1991).

A entrevista é a forma mais difundida da coleta de dados orais. Supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador, este último que a dirige, através de um roteiro previamente estabelecido ou aparentemente sem roteiro, mas conforme uma sistematização. Elas fornecem dados originais ou completam os já fornecidos por outras fontes (QUEIROZ, 1991).

Concordamos com Pollak (1992), no sentido de que, quer os historiadores trabalhem com escritos biográficos ou com relatos orais, o importante é *como* eles trabalham, e não com *o que*. Pois, a história de vida apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, de transformação.

Conclui-se que a memória é a estrutura mais ampla e abrangente; é o próprio cimento da vida cotidiana. É, ao mesmo tempo, uma habilidade natural e uma construção social, uma atividade, um trabalho que dá sentido ao palco da vida. A memória individual ou

coletiva não é um repositório passivo, mas ativo, atuante, um imenso produto cultural. Memória é o vínculo material ou ideal, entre passado e presente que permite manter as identidades a despeito do fluxo do tempo; que permite somar os dias de modo significativo. É essencial tanto para indivíduos como para a sociedade, ou para grupos dentro dela (GUARINELLO, 2004).

Cotidiano e História

O que entendemos por vida cotidiana? O termo remete à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo (PRIORE, 1997). É relevante ouvir as testemunhas dos processos, pois a história passa a mostrar cada vez com mais frequência, não a vida dos heróis e das figuras públicas, mas a do homem comum (BORGES, 2004). A história cultural, a partir dos anos 1970, recupera a importância das experiências vividas, remetendo aos usos de novas fontes e metodologias históricas (SANTOS, 2005).

Estas novas abordagens e métodos libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história microssocial do cotidiano. A percepção de processos históricos diferentes, simultâneos, a relatividade das dimensões da história, do tempo linear, de noções como progresso e evolução, dos limites do conhecimento possível diversificam os focos de atenção dos historiadores, antes restritos ao processo de acumulação de riquezas, do poder e à história política institucional (DIAS, 1995).

Uma vez que, nosso objeto de estudo centra-se nas narrativas cotidianas do grupo no qual o biografado inclui-se, é imprescindível compreender as relações entre cotidiano e história. Segundo Guarinello (2004), o gênero remonta à velha “História antiquária” que competia com a História oficial em meados do século XIX.

A História do cotidiano apresentava-se como a história do banal, do corriqueiro, do dia a dia, da rotina. Um pedaço da vida em que nada aconteceria a não ser o absolutamente previsível. No entanto, dominaria nossas vidas no que teriam de mais íntimo, individual, privado. Uma História de viés antropológico, dos hábitos e costumes de diferentes povos: o morar, o dormir, o trabalhar, o comer, o amar, o divertir-se, o descansar e assim por diante.

Nos procedimentos típicos da velha antiquária, o cotidiano aparece quase como oposto da história, como o campo das estruturas permanentes, inconscientes, alienantes, quase naturais, sobre as quais as ações humanas são apenas banais, corriqueiras e sem

efeito transformador. Privilegia a busca do anedótico, de dados dispersos agrupados numa tipologia da vida social adaptável a qualquer época, sociedade ou lugar. Surge como refúgio da história. Trata-se de uma história sem história. Uma História do não histórico (GUARINELLO, 2004).

Todavia, para Agnes Heller (1985), a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico. A autora chama a atenção para as estruturas do cotidiano, que considera “o mundo das objetivações”, dentro do qual se dão as ações cotidianas: a linguagem, o sistema de hábitos e o uso dos objetos e que representam o espaço de socialização dos homens, sobre o qual se acumula a cultura humana.

E, de acordo com Priore (1997), o estudo das formas da vida cotidiana faz parte da ciência histórica desde que esta teve como preocupação retratar o itinerário e o progresso da civilização. Portanto, os problemas colocados pelo cotidiano não são menores e a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos, já que ela se constrói no dia-a-dia de discretos atores que são a maioria. Contrariamente às aparências, cotidiano e história não são noções contraditórias; resta analisar de que modo se operam as relações entre ambos.

A ênfase concedida às relações cotidianas no estudo das memórias justifica-se diante do fato dos historiadores terem dedicado poucas reflexões ao tema do cotidiano e de seu lugar na História. Entretanto, não se trata de uma abordagem a-histórica como a realizada pelos eruditos do século XIX. Seguindo a linha proposta por Guarinello (2004), tentaremos pensar o cotidiano como instância temporal.

O que é tempo cotidiano? Embora os historiadores aproximem cotidiano e longa duração, como o tempo do não acontecimento, só é possível superar a falsa dicotomia entre cotidiano e história, se pensarmos o cotidiano não como tipos específicos de ação ou como uma dimensão particular das interações humanas, mas como tempo plenamente histórico. No sentido de ser tanto o tempo do “acontecimento” quanto do “não-acontecimento”. Na origem latina, *quot dies* é, ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba, tanto o instantâneo como o duradouro, o incisivo e transformador e o repetitivo (GUARINELLO, 2004).

O cotidiano tem dois sentidos temporais complementares. É o que acontece em um dado dia, num tempo brevíssimo, uma efeméride, e o que acontece todos os dias, num tempo potencialmente longo. Como se manifestam os grandes eventos, as grandes causas senão no dia, a cada dia, num dado dia? Não são eles também cotidianos? Não se produz a própria mudança no dia a dia, por meio de ações concretas, miúdas, que se somam até

tomar a forma de acontecimentos? Pequenas e grandes ações, o banal e o excepcional, a repetição e o único, a inércia e a transformação não existem em planos separados da existência, mas convivem, concretizam-se, no mesmo tempo, que é o cotidiano (GUARINELLO, 2004).

A história da vida cotidiana e da vida privada é, finalmente, a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas de lado. Contudo, nesse inventário de aparentes miudezas, contém a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma (PRIORE, 1997).

As Memórias de Braz Ponce Martins

Estabelecidas as condições teórico-metodológicas que nortearam a pesquisa, passemos às memórias de Braz Ponce Martins. Nascido em 21 de abril de 1929, em Promissão, no Estado de São Paulo. Filho de imigrantes espanhóis, Gines Ponce Alarcon, oriundo de Almería e Soledad Martins Garcia, proveniente de Granada, que desembarcaram no porto de Santos para trabalhar como colonos nas fazendas de café em São Paulo, na virada do século XIX para o XX (PONCE MARTINS, 2003).

O livro começou a ser redigido no ano de 2000, na máquina de datilografar, a partir da constatação de que suas histórias dariam um livro. No processo de rememoração, reuniu diversas cartas, fotos e diários antigos. Cada página escrita era lida e comentada com qualquer um que viesse visitá-lo. O resultado foi um livro de 128 páginas, ilustrado com várias fotos da época, intitulado *Memorial de um Século de Cafeicultores*.

O memorial corresponde a duas faces de uma moeda. De um lado a minha biografia retirada de minhas remotas lembranças de quase setenta anos. Contarei a origem de nossos pais, de nossa família, de minha vida e de meus filhos; dos bons e maus momentos vividos, e de outro lado, a nossa família como cafeicultores até os dias atuais (PONCE MARTINS, 2003: 4).

Foram impressos, autografados e distribuídos cerca de dois mil exemplares, para os familiares e amigos, na sua festa de aniversário de 74 anos, em 2003. No ano seguinte, já comentava que teria que ser feita uma segunda edição, porque não paravam de surgir parentes de todo canto do país, pedindo um livro e ele já tinha doado até o seu. Este intuito não chegou a ser realizado, porque no dia 9 de junho, Braz veio a falecer acometido por um câncer generalizado.

Como a trajetória de vida deve ser organizada cronológica e coerentemente (SANTOS, 2005), dividimos a narrativa de Braz Ponce Martins em quatro momentos

distintos: a história das origens, a infância, a juventude e a idade adulta. Porém, deixamos claro que esta não foi a intenção do autor, mas o meio encontrado para facilitar a confrontação dos dados históricos extraídos do relato, com a bibliografia levantada sobre os temas que este incita, a fim de verificar como as informações são estruturadas e sua procedência.

Serão abordados somente os relatos sobre a origem e infância de Braz Ponce Martins, que se referem ao cotidiano de sua família inserida em um processo migratório entrelaçado com a cafeicultura. Devido às limitações do presente artigo, a narrativa acerca de sua juventude e fase adulta, deveras extensa, será relegada a outra oportunidade. Por ora, basta realizar uma breve alusão.

Os relatos da juventude iniciam-se quando a família muda-se para Londrina. Esta parte da autobiografia nos revela aspectos interessantes da cidade na década de 1950, como por exemplo, o lazer (a inauguração do Cine Teatro Ouro Verde) e as eleições (Braz assistiu comícios do Gaspar Dutra, do Getúlio Vargas e do Plínio Salgado). Braz refere-se a seus primeiros empregos urbanos. Entretanto, logo que pode, investiu o que tinha e o que não tinha na produção de café.

A fase adulta estende até o presente do autor, quando redige as memórias, com mais de 70 anos. Neste ponto, podemos vislumbrar a formação de sua identidade, autodenominando-se pioneiro e desbravador, cuja história insere-se no contexto da colonização do norte novo do Paraná. Braz transita por Rolândia, Londrina, São Tomé e Cianorte, seguindo o rastro dos loteamentos efetuados pela CTNP/CMNP¹. Também encontramos referências a outras cidades que surgiam neste momento, como Maringá, Umuarama e até mesmo algumas do oeste, como Jesuítas, onde comprou vários lotes. O que mostra como a lucratividade do café fez com que sua cultura se expandisse além dos limites das terras roxas (CANCIAN, 1981).

São preciosas as descrições de como adquiriu as terras, o local das propriedades, sua extensão, seu valor, as formas de pagamento, desbravamento das matas, incluindo detalhes sobre o tipo de vegetação da região e estabelecimento na propriedade pela família. Como foram construídas as casas, o modo como foi iniciada a plantação do café, como foi feita a contratação da mão de obra (empreiteiros, colonos, parceiros, “porcenteiros”, “bóias-frias”), como surgiram os centros urbanos, as primeiras ruas, os primeiros habitantes, etc. Certamente, constituiu a maior contribuição de sua memória, para o estudo desta região paranaense.

¹ Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

História das origens: a descendência espanhola e o acesso à propriedade de terras

Em um primeiro momento, temos a história das origens. Através dos documentos que possui sobre seu pai² e das histórias que sua mãe lhe contava, Braz reconstrói o passado da família, relacionando-o a fatos históricos. Suas referências a eventos específicos dar-nos-ão margem para maior investigação. Visto que, de acordo com Santos (2005), a citação de datas, locais e fatos de domínio público permitem a construção de um contexto mais próximo do real, incluído nos acontecimentos sociais, econômicos e políticos.

Com a finalidade de avaliar o processo migratório em que se insere a família de Braz, remontamos, brevemente, às condições da Europa e da América, no século XIX, às políticas de imigração promovidas pelo Brasil e às formas de trabalho em que os imigrantes atuaram. Uma das causas da imigração é a pobreza. A região mais assolada pela fome foi a Andaluzia, principalmente a província de Almeria (GONZÁLES MARTÍNEZ, 2000). Os pais de Braz vêm para o Brasil no período conhecido como de imigração em massa, (1880-1930).³ São provenientes do sul da Espanha e emigram com a passagem subsidiada pelo governo, para trabalhar nas fazendas de café do Oeste Paulista, do mesmo modo que a maioria dos espanhóis (CÁNOVAS, 2005).

O fenômeno migratório internacional obedece a fatores de expulsão e atração. No século XIX e XX, os fatores de expulsão na Europa, consistiam na mudança do direito sobre a terra, suscitada pela variação da produtividade das colheitas, em resposta ao crescimento populacional. E a possibilidade de obter terra na América, era o maior fator de atração para os imigrantes. Na Europa, a terra era cara e a mão-de-obra abundante, na América, a terra abundante e a mão-de-obra escassa (KLEIN, 2000). Deste modo, a imigração tem motivações de natureza econômica: a necessidade do trabalho e da permanência (AGUIAR, 1991).

No Brasil, a partir da vinda da Corte de D. João, em 1808, inicia-se uma política de colonização que visava recorrer aos imigrantes europeus para povoar áreas desocupadas com pequenas propriedades policultoras, com base no trabalho familiar (PETRONE, 1984). A abolição do tráfico de escravos coincidiu com a expansão do café no Oeste Paulista,

² Consta no Livro de “Matrícula de Imigrantes”, nº 61, folha nº 09, lançamento nº 29 que, Gines Ponce, de nacionalidade espanhola, chegou ao Brasil no navio “Les Alpes”, via Santos em 18/11/1897, com 10 anos, tendo como destino “Casa Branca”.

³ Segundo dados levantados por Levy (1974), de 1877 a 1930, adentraram no Brasil 3.797.611 estrangeiros. Enquanto que, no período anterior, de 1808 até 1876, somente 350.177 e no posterior, de 1931 a 1963, entraram 1.106.404.

devido ao declínio da produção no Vale do Paraíba. Alguns fazendeiros começaram a fazer experiências com o trabalho livre⁴, recorrendo ao imigrante (STOLCKE, 1986).

As experiências com o trabalho livre se iniciaram com o sistema de Parceria⁵, forma padronizada de divisão da colheita. Os fazendeiros pagavam as despesas de transporte da Europa para São Paulo e adiantavam fundos até que colhessem alimentos nos lotes de terra que lhe cabiam. E esperavam que os imigrantes os reembolsassem por todas as despesas (HOLLOWAY, 1984). Esta dívida inicial anulava o incentivo da remuneração em forma de uma proporção da produção, fazendo com que os imigrantes voltassem toda sua atenção às suas próprias lavouras de subsistência e não ao café (STOLCKE, 1986).

O sistema de Parceria gradativamente foi abandonado pelos grandes proprietários, desaparecendo no Oeste Paulista na época da abolição da escravidão. E, por todo período de fins da década de 1880 até 1930, o contrato de colono foi a forma estabelecida de organização do trabalho nas fazendas de café (HOLLOWAY, 1984). O modelo clássico do colonato englobava a subsistência do colono com a agricultura intercalar de alimentos entre as ruas de café (MARTINS, 1989). Além de um pagamento fixo pelo trato do cafezal e um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido (MARTINS, 2004).

Braz não possui documentos sobre sua mãe, que se perderam nos incêndios ocorridos nos ranchos de sapê em que habitava sua família. Não sabendo ao certo quando a mãe muda-se para o Brasil, somente que nasceu em 1889 e que seus pais e irmão eram colonos. Já seu pai imigrou em 1897, com 11 anos incompletos, e cresceu na região de Ribeirão Preto, trabalhando em fazendas de café como colono (PONCE MARTINS, 2003).

É interessante observar que, os espanhóis encontraram as relações do colonato modificadas. Devido à imigração tardia, não substituíram a mão-de-obra escrava, e sim, os imigrantes italianos (GONZÁLES MARTÍNEZ, 2000). Após o deslocamento do café em São Paulo, do Oeste Velho para o Oeste Novo, se finda a agricultura intercalar de subsistência e o colono é obrigado a trabalhar no cafezal e em sua própria roça, sendo forçado a introduzir

⁴ Duas legislações são importantes em 1850, para entendermos a passagem para o trabalho livre. A Lei Eusébio de Queiroz proibiu o tráfico de escravos e a Lei de Terras estabeleceu a compra de terras após a extinção do regime de sesmarias. Ambas provocaram mudanças com relação aos braços para a lavoura cafeeira e a reordenação do acesso à terra com a crise do sistema escravista (CARRIL, 2006).

⁵ Entre os pioneiros deste sistema, destaca-se a figura do senador Vergueiro que a partir de 1840, antes da cessação do tráfico de escravos, começara a atrair imigrantes para sua fazenda de café, Ibicaba, na região de Limeira, no Oeste Paulista. Os resultados vantajosos obtidos nos primeiros tempos encorajaram outros fazendeiros a contratar também colonos de parceria, muitos intermediados pela firma Vergueiro e Cia. Porém, a partir da insurreição dos colonos em Ibicaba, em 1857, liderada pelo suíço Tomaz Davatz, o sistema de parceria perdeu o prestígio. Os colonos se sentiam equiparados à condição de escravos e os proprietários, burlados em seus interesses (COSTA, 2007).

o trabalho de sua esposa e filhos pequenos (MARTINS, 1989).

O imigrante espanhol se fixou nas regiões novas de café, onde as terras eram menos férteis e mais caras. O que contribuiu para que poucos espanhóis se tornassem proprietários. Inclusive, suas terras ainda eram menores que a dos demais imigrantes, possuindo um tamanho médio de 59 hectares⁶. Também não existem registros de grandes capitalistas espanhóis em São Paulo (MARTINS, 1989).

A imigração espanhola foi, caracteristicamente, imigração de mão-de-obra, pouco diversificada e pouco qualificada. O imigrante chegou numa época de poucas oportunidades, e ele próprio era dos menos preparados para aproveitá-los, caso existissem. O que leva Martins (1989) a concluir que, os espanhóis deste período estão entre os mais pobres e os de menor mobilidade social. Além de que, comparado aos italianos e japoneses, que mantiveram sua identidade cultural, foi, provavelmente, juntamente com o português, o imigrante mais facilmente assimilado.

O espanhol desapareceu na sociedade brasileira sem deixar sinal. Nem mesmo ficou a memória dessa diferença (...). Não há estudos publicados sobre a imigração espanhola neste período. Também não há relatórios, crônicas de viagem de autoridades espanholas, escritores, jornalistas, missionários, como há em abundância em relação a outros grupos nacionais, particularmente o italiano, ricos em informações sobre as condições de vida dos imigrantes. Mesmo os jornais de língua espanhola trazem muito pouca informação sobre o imigrante espanhol no Brasil (MARTINS, 1989: 12).

Já Holloway (1984), demonstra com dados estatísticos, como a partir da década de 1930, os estrangeiros, dentre os quais espanhóis, adquiriram inúmeras propriedades em São Paulo. Em um estudo de caso, Cánovas (2001) mostra como a família de seus entrevistados, moradores de uma colônia espanhola no interior paulista, adquiriam terras, num período em que estas estavam bastante valorizadas, em meados da década de 1910. Klein (1994) vai mais longe, dizendo que o valor das fazendas dos espanhóis era maior do que o de qualquer outro grupo, inclusive italianos e japoneses.

Portanto, há um debate na historiografia sobre a mobilidade social dos colonos (STOLCKE, 1986). Não obstante Martins (2004) seja categórico ao afirmar que a ascensão pelo trabalho era um mito. A história da família de Braz Ponce Martins parece se encaixar melhor na tese de que os imigrantes conseguiram se estabelecer como pequenos proprietários.

Quando Gines se casa com Soledad em 1910, seu capital inicial consistia em duas franguinhas. Continuaram trabalhando como colonos nas redondezas de Ribeirão Preto. Em

⁶ De acordo com dados de 1920, as propriedades dos portugueses possuíam um tamanho médio de 113 hectares; dos italianos, 78 e dos japoneses 82 hectares (MARTINS, 1989).

1916, trabalharam na formação de café pelo sistema de empreitada, em Penápolis. Suas primeiras terras foram compradas em Birigui e logo vendidas. As terras compradas em Promissão tinham 45 alqueires, onde a família viveu até 1938 (PONCE MARTINS, 2003).

O lugar chamava-se Bairro do Barreiro, era um verdadeiro “gueto” espanhol. Ali moravam os Serras, Sanches, Gimenes, Parras, Camachos, Hernades e muitos outros que não me lembro os sobrenomes (...). Um fato curioso é que todos os habitantes do bairro falavam castelhano entre si. (...) Começamos a falar o “portunhol” (PONCE MARTINS, 2003: 8).

Se a média das propriedades espanholas era de 59 hectares, aproximadamente 24 alqueires, é possível afirmar que, uma das primeiras terras compradas pelos pais de Braz tinha quase o dobro do tamanho médio firmado pelas estatísticas de 1920. E quanto à idéia de que os imigrantes espanhóis foram assimilados rapidamente, o fato de ter passado a infância em uma colônia espanhola e ter se casado com uma descendente de espanhóis⁷, demonstra que a identidade cultural foi preservada⁸.

Pode-se concluir que, esta parte inicial das memórias de Braz Ponce Martins, constitui uma fonte interessante sobre a imigração espanhola para o Brasil, diante da falta de estudos acerca do tema. Como comentam pesquisadores do assunto, pautados pela inexistência ou precariedade das fontes, inclusive depoimentos escritos por estes imigrantes e seus descendentes, majoritariamente pobres e analfabetos (ANTONACCI, 2002). Em se tratando do terceiro maior contingente de imigrantes, depois dos italianos e portugueses (AGUIAR, 1991), que logicamente auxiliaram na construção da identidade cultural da sociedade brasileira, trata-se de uma lacuna grave.

As narrativas da infância: o cotidiano nas fazendas de café do oeste paulista e no norte do Paraná

Em um segundo momento, temos os relatos da infância, nos quais, as recordações de Braz Ponce Martins mesclam-se com as recordações de sua família, pois, desde que a criança se interessa pela significação das imagens e dos quadros que percebe, ela pensa em comum com os outros. O contato com os adultos faz com que adquira muitos meios de encontrar e precisar muitas lembranças. A vida da criança mergulha muito mais do que se imagina nos meios sociais (HALBWACHS, 2004).

⁷ Sua esposa, Mariana Gonçalves Martins, é filha de Ana Maria Gil Marin, que veio da província de Múrcia, em 1913. E seu pai, Romão Gonçalves Marin também era filho de espanhóis (dados obtidos através da entrevista realizada com o filho de Mariana, Gines Ponce Martins, em agosto de 2004.)

⁸ Mariana Gonçalves Martins costuma praticar a culinária espanhola até os dias de hoje. Entre as receitas que aprendeu com a mãe e a sogra, cozinha frequentemente *migas*, *puchero* e *tordilla* (conforme a entrevista realizada com Mariana, em setembro de 2004).

A narrativa deixa transparecer os modos de vida dos cafeicultores no interior de São Paulo. Braz escreve sobre o caminhão⁹, os cachorros, as brincadeiras, a alimentação, os casamentos, as festas juninas e natalinas e acerca do esforço da família para economizar, no intuito de adquirir terras. No Paraná, refere-se, entre outras coisas, à escola e às dificuldades enfrentadas durante a Segunda Guerra Mundial.

No tempo da guerra todos os estrangeiros eram obrigados a portarem um documento chamado Salvo-Conduto 19. Mamãe e tia Felipa tinham se encontrado em Londrina e vinham para a Fazenda. Mas ao embarcarem na jardineira do Garcia para Cambé, foram embargadas pela “Captura” do Getúlio Vargas. Como elas não tinham o referido documento, foram obrigadas a tirá-lo e depois embarcaram para Cambé (PONCE MARTINS, 2003: 32).

Braz lembra-se de muitos casamentos, de seus irmãos, primos e vizinhos. Conta que eram muito bons, porque tinham muitos assados, comida com fartura e muita bebida. Em um destes, relata que um colono que não havia sido convidado roubou um pernil assado diretamente do forno e foi pego no ato! O Natal de 1937 foi muito especial, porque foi a última vez em que viu seu pai feliz. Reuniram-se vários espanhóis do Barreiro e cantavam *esta noche és noche buena (...)* (PONCE MARTINS, 2003: 11).

Entre as travessuras, Braz se recorda de quando perdeu os dentes de leite numa carpideira. E quando um coco acompanhado por um cravo de aroeira de uns 30 cm atingiu a sua cabeça. Os irmãos mais velhos passaram por maus momentos para esconder o incidente dos pais. Lavaram as roupas sujas no rio e estancaram o sangue do ferimento com feltro do chapéu. Só depois de secos é que voltaram para casa. Aliás, o feltro era utilizado em praticamente todos os acidentes.

Segundo Braz, no bairro do Barreiro, em Promissão, tinha muito gado, por isso nunca faltou leite. As crianças tomavam-no com farinha de mandioca fabricada em casa. Em volta do pasto, havia muitas árvores frutíferas, principalmente mangueiras e laranjeiras, nas quais gostavam de subir e saborear as frutas direto do pé. As laranjas eram vendidas numa carroça pelos seus irmãos mais velhos, a uma colônia nipônica próxima.

Martins (1989) alega que, os poucos espanhóis que tiveram acesso a terra, foi por causa da crise de 1929, que destruiu o sistema latifundiário, quando empresas capitalistas faziam propaganda de terras ao imigrante com tamanho e preço acessível. No entanto, os Ponce já estavam estabelecidos e a crise só os prejudicou. *Após a crise do café e a pouca*

⁹ Sobre o caminhão Chevrolet ano 1929 que realizou parte da mudança para o Paraná (não agüentou o caminho todo), Braz recorda-se de várias histórias. Seguem-se duas engraçadas. Sua mãe não agüentava trocar o forro do acento da cabine, porque Braz fazia xixi nele todos os dias. E seu irmão Antônio quebrou o braço ao dar manivela no velho caminhão. Este só foi vendido em 1940.

produção papai parece desanimar (PONCE MARTINS, 2003: 14).

A depressão internacional de 1929 atingiu o Brasil no momento de uma grande safra. Sendo impossível vender os imensos estoques acumulados de café, nem manter o programa de sustentação de preços, adotado desde o início do século XX. O governo federal passou a incinerar o café excedente a fim de reter a queda dos preços. Os pequenos proprietários saíram-se melhor da crise, porque podiam se sustentar com a venda de gêneros alimentícios cultivados intercaladamente (STOLCKE, 1986).

As empresas privadas de colonização ofereciam condições relativamente fáceis de compras de terras, porque sabiam que sua clientela eram pessoas de recursos financeiros limitados (STOLCKE, 1986). Em 1934, um corretor da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) apareceu na casa de Braz oferecendo as famosas terras roxas. Eram vendidos no máximo 10 alqueires, mas seu pai, usando nomes de outras pessoas, adquiriu 140 alqueires. *As compras das terras foram mais distantes de Londrina, Nova Dantzig e Rolândia, marcou-as na Água do Elefante, divisando-a com terras devolutas* (PONCE MARTINS, 2003: 15).

A CTNP¹⁰ foi fundada em 1924, por um grupo inglês que, impressionado pela fertilidade das terras roxas, obteve concessões do Estado entre os Rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi. Vendida a um consórcio brasileiro em 1947, tornou-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná¹¹ (ALBUQUERQUE, 1995). A companhia divulgava uma imagem de si própria, como, dentre outras coisas, “promotora de uma reforma agrária” (SANTOS, 1977). Uma vez que estabelecia as vendas em pequenos lotes. Contudo, se a família de Braz conseguiu adquirir lotes maiores, o mesmo foi feito por outras pessoas.

Em 1936, Gines Ponce Alarcon comprou três terrenos na Vila de Rolândia e ele próprio construiu três casas de madeira. A mudança de Promissão para lá se efetuou em 1938. Durante a viagem, Braz esperava ver muitos pés de café, mas diante dos campos,

¹⁰ Em busca de terras para o plantio de algodão, atendendo à expansão da indústria têxtil da Inglaterra, foi criada a Companhia Inglesa de Colonização, logo após a Primeira Guerra Mundial. Como integrante da missão *Montagli*, vem ao Brasil, em 1923, Simon Joseph Fraser, o Lord Lovat, com a responsabilidade de aplicar o capital da *Sudam Cotton Plantation Syndicate*, empresa internacional dedicada ao cultivo de algodão. A *Brasil Plantation Syndicate*, fundada por Lord Lovat com alguns acionistas, adquiriu duas glebas de terras no Norte do Paraná para o plantio de algodão, mas a experiência não foi bem sucedida, ocasionando a criação de uma empresa com sede em Londres, a *Paraná Plantation Company*, com sua subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que deveria lotear a área em pequenas propriedades (JANUZZI, 2005).

¹¹ Devido à Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra se viu obrigada a vender muitos bens para financiar a guerra, inclusive a CTNP. Os brasileiros passam a administrar a empresa em 1944, mas somente em 1951, é denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (LUZ, 1997).

logo se entendeu. Ao chegar, estranhou a cor da terra, que no seu dizer, era quase preta.

A família ficou dividida. Ele e seu irmão Guilherme foram para escola. As irmãs moças, em semanas alternadas, iam para o sítio fazer comida para o pai e os irmãos mais velhos preparavam a terra onde iriam plantar os primeiros pés de café. Em 1939, o pai de Braz morreu de pneumonia e febre tifóide. No livro consta uma fotografia do certificado de pioneiro de Rolândia, concedido à Gines Ponce Alarcon e entregue a seu filho Braz, em 1995.

É interessante discutir o papel dos pioneiros na abertura das novas cidades da região. Inserindo a trajetória de Braz Ponce Martins, que participa deste processo. Sua família em Rolândia e Londrina e o próprio, na região de Cianorte. A história regional valoriza bastante a atuação destes pioneiros. Cesário (1981) destaca a influência deles no pensamento político atual de Londrina. E professoras de Cianorte, organizaram um livro que o próprio título deixa transparecer o intento: *Cianorte, sua história contada pelos pioneiros*.

A história de uma cidade não é senão a biografia dos homens que a construíram. Na medida em que se estabelece a linha de vida de um pioneiro e vai-se contando as obras construídas por ele, delinea-se o perfil da cidade que sua história pessoal ajudou a construir (CIOFF; PRAXEDES; VARELLA; MESQUITA, 1995: 5).

A própria Companhia Melhoramentos organizou um livro, escrito pelo jornalista Rubens Rodrigues dos Santos (1977), que pontua a importância da iniciativa individual, do tino empresarial destes pioneiros, destacando seus maiores nomes. Esta história contada pela Companhia exalta a figura de grandes personagens, que por si só explicam o crescimento e o progresso da região, atuando na política, formando uma elite local e deixando aos seus herdeiros, a liderança atual nestas cidades (CESÁRIO, 1991).

Além destes “grandes pioneiros” que já chegavam com capital e realizavam grandes empreendimentos, temos por outro lado, as pessoas simples, migrantes anônimos que derrubam as matas, adquirem pequenos lotes de terras parcelados e que de acordo com Cancian (1981) também participavam da produção do café no Estado.

Para Wachowicz (1988), estes pioneiros acabaram indo para as cidades em busca de melhores oportunidades e que já não eram um número considerável quando o governo paranaense iniciou a política de erradicação do café, substituindo pela soja, no final dos anos 70. Já para Navarro-Swain (1986), grande parte migra para o norte do país em busca de novas terras. Casagrande (1999) evidencia que se tornaram mão de obra volante, trabalhando para os grandes fazendeiros.

Braz Ponce Martins, um dos tantos migrantes anônimos que participaram do processo de abertura de novas frentes cafeeiras, inicia sua trajetória de cafeicultor com

apenas sete alqueires de terra e consegue prosperar¹². Em suas memórias dá o exemplo de várias famílias vizinhas da sua em Rolândia, que enriqueceram após a geada de 1942, citando inclusive, os sobrenomes, Selas, Calisote, Gorlas, Campiolo, Miquelete, entre outros que não se recorda dos nomes, de origem italiana.

Logo após a morte de seu pai, sua mãe resolve morar na fazenda, batizada de São Manoel. Local onde se realizaram os casamentos de seus irmãos. Braz descreve os altares, que eram enfeitados com folhas de palmito, flores e imagens de santos. Havia muita comida e bebida, principalmente vinho tinto que fazia todos passarem mal. As casas construídas para os recém-casados e empreiteiros eram feitas de peroba.

Entre os anos de 1940 e 1943 foram realizadas diversas festas juninas na Fazenda São Manoel, na região de Rolândia, que marcaram as lembranças de Braz. Estas se iniciavam na véspera do dia de Santo Antônio (13 de junho) e prosseguiam-se até os dias de São João (24 de junho) São Pedro e São Paulo (29 de junho).

Como havia madeira com fartura, faziam-se grandes fogueiras que queimavam a noite inteira e clareavam o ambiente. Todos os moradores da colônia rodeavam a fogueira. Batata doce, mandioca e abóbora assada na brasa não faltavam, corria o quentão e a pipoca. Mas ninguém se fantasiava de “caipiras”, porque nós éramos os próprios caipiras. Os fogos de artifício também não faltavam, nós [Braz e seus primos] economizávamos durante o ano todo para comprar busca-pé, traques, bombinha, fósforo de cor (...) (PONCE MARTINS, 2003: 22).

Na época da Segunda Guerra Mundial, a família de Braz enfrentou o racionamento de alimentos, o que fez com que surgisse uma espécie de escambo entre os vizinhos. Ele conta que os principais alimentos racionados eram farinha de trigo, açúcar, sal e querosene. Não compensava ir à cidade porque era muito longe (Rolândia estava a cerca de 20 quilômetros de distância da Fazenda São Manoel), e para obter os produtos era preciso enfrentar fila. Ainda mais que, a única condução era uma charrete.

Foi preciso improvisar. Os irmãos de Braz construíram um monjolo e um engenho tracionado pela mula Prateira, para fabricar melado e rapadura. Na escola, trocavam os alimentos uns com os outros. *Quem tinha melado de cana (nosso caso) trocava por pão, bananas por rapadura e assim por diante* (PONCE MARTINS, 2003: 25).

Braz enfatiza que, todos os estudantes eram filhos de sitiantes ou empreiteiros e muito pobres. As famílias faziam muitos sacrifícios, porque estavam abrindo o sítio, plantando o café, fazendo suas casas. A maioria ainda residia em casebres ou ranchos feitos de palmito. Todos iam descalços à escola, no frio e no calor. Em uma foto tirada dos 35 alunos, apenas dois estavam calçados, devido a um resfriado.

¹² Ao longo de sua vida, Braz chegou a adquirir 415 hectares no Paraná e cerca de 1250 hectares no Mato Grosso, segundo seu filho Gines Ponce Martins, entrevistado em agosto de 2004.

Com a Segunda Guerra, os mercados europeus se fecharam mais uma vez para o café, dando início a um período de sérias restrições para seu comércio. Entretanto, um acordo internacional, liderado pelos Estados Unidos, pode regular a oferta e o preço, salvando os países exportadores da total ruína econômica. Outras dificuldades se seguiram, devido às condições climáticas do início da década de 1940. Secas e geadas prejudicaram muito as safras e destruíram parcialmente os cafezais (STOLCKE, 1986).

As histórias da infância encerram-se entre 1941 e 1943. Braz comenta sobre os empreiteiros que vieram trabalhar na formação de café, em 1941. Os contratos eram realizados por seis anos, a área era entregue derrubada e com casa construída. Seu irmão mais velho, Antônio, calculava a quantidade de mato a ser derrubado para tantos mil pés de café. Ele tinha muita prática por ter realizado a desmembração dos 140 hectares que foram divididos entre os nove herdeiros após a morte de seu pai. O que aprendeu com um engenheiro agrimensor. *Um senhor de origem alemã, amigo do álcool, e com ele nosso irmão aprendeu os rumos, os esquadros, as picadas e etc.* (PONCE MARTINS, 2003: 31).

Além dos empreiteiros, outras categorias de trabalhadores rurais existiam no norte do Paraná, neste período. O colonato era o regime mais freqüente e não diferia daquele desenvolvido no Oeste Paulista, mesmo porque a expansão da cafeicultura era oriunda desta região. Também, de grande importância, era o trabalho dos camaradas volantes, principalmente no período da colheita. O tipo de relação de trabalho mais rara nesta região foi o da parceria, que se constituía com maior freqüência, após as geadas (PRIORI, 1996).

Apesar dos empreiteiros derrubarem o mato, sobrou um pedaço para Braz e seus irmãos descoivarar (limpar através de queimadas). Costumavam ficar cheios de cinza. Chegavam tarde, a água quente já havia acabado e Braz vivia gripado. *Geralmente, passava era semanas sem ver uma gota de água no corpo, eu já estava ficando preto* (PONCE MARTINS, 2003: 29). Braz falava a noite toda e não deixava ninguém dormir. Levaram-no a um “Curador-Benzedor” que recomendou banhos diários de raízes de capim sapé. O remédio funcionou, e ele tornou-se o primeiro a tomar banho.

Em 1942, a família sofre a primeira geada no Paraná. Braz lembra-se de ter passado muito frio e que as poças de água congelada tinham três centímetros de espessura. Os pés de café recém plantados foram prejudicados, principalmente nas baixadas. A família ficou muito desanimada, pois tinham cerca de 70 mil pés de café plantados, que já estavam produzindo. Devido ao prejuízo, a fazenda foi vendida por 180 contos de réis.

Braz lamenta-se da família ter vendido a propriedade. Porque todos os que persistiram após a geada, enriqueceram. Passaram-se dez anos sem gear e o café manteve

um bom preço. *Nessa época, um saco de café em coco dava para comprar tranquilamente um saco de farinha de trigo de 50 quilos, um saco de açúcar de 60 quilos, uma lata de querosene, um saco de batatinhas ou um saco de macarrão* (PONCE MARTINS, 2003: 35).

A mudança da Fazenda São Manuel, em Rolândia, foi feita em 1943, para uma chácara de quatro alqueires localizada a três quilômetros de Londrina. Esta era próxima a uma nascente e tinha muitas minas e uma grande horta. Braz recorda-se que era muito difícil ir à escola, por causa da geada, do barro, do pó e da distância. Ele e seus irmãos costumavam vender verduras e leite antes do início das aulas. *Como havia muito leite, mamãe fez uma mochila que cabia até 10 litros, 5 litros de cada lado* (PONCE MARTINS, 2003: 36).

Braz enfrentou alguns problemas com os colegas de escola, que achavam que ele era descendente de alemão, devido à pele muito branca e aos cabelos claros. Para se defender dos insultos e agressões, na hora do recreio Braz munia-se com um canivete. Sempre que os adversários se aproximavam, ele sacava-o e começava a descascar uma laranja, fazendo com que se afastassem. Contudo, muitas vezes teve seu canivete tomado e como era franzino e raquítico, acaba apanhando se porventura reclamasse.

Quando moramos na região de Londrina, era tempo da Guerra (...) como era loiro e cheio de sardas, os colegas da escola me chamavam de alemão, quinta coluna, camarada do eixo. A mais comum era a expressão “alemão batata come queijo com barata” (PONCE MARTINS, 2003: 39).

Em 1945, os Ponce se mudaram para a cidade de Londrina. Este período, pertencente aos relatos da juventude de Braz, não será abordada neste artigo. Vale lembrar que, nosso objeto consistia no estudo do cotidiano da família, a partir da história das origens e da infância de Braz. Cujo contexto histórico, insere-se no processo de expansão do café do Oeste Paulista para o Norte do Paraná. Conquanto traga ricas informações sobre o crescimento de Londrina, esta parte da autobiografia insere-se em uma conjuntura histórica distinta.

Considerações finais

No presente artigo, procurou-se selecionar alguns aspectos das memórias de Braz Ponce Martins, centrando-se em suas origens e infância. Destacou-se a questão da mobilidade social dos colonos na primeira metade do século XX, muito discutida na historiografia. Verificando-se que a família de Braz, composta de imigrantes espanhóis, conseguiu adquirir suas primeiras propriedades antes da crise de 1929, que aumentou a

oferta de pequenas propriedades a preço e condições de pagamentos acessíveis.

A depressão internacional que atingiu o Brasil primordialmente no setor cafeeiro, também foi sentida pela família de cafeicultores que habitavam o interior de São Paulo. Devido à crise e a pouca produtividade de suas terras, o pai de Braz decidiu investir no norte de Paraná, por meio da Companhia de Terra Norte do Paraná (CTNP), empresa privada que atuava na colonização da região através da venda de pequenos lotes. Contudo, por meio de “testas de ferro”, foi comprada uma propriedade de médio porte, nas proximidades de Rolândia, onde a família se estabelece no final da década de 30.

Outro ponto interessante foi a demonstração de que a identidade cultural dos imigrantes espanhóis vinha sendo preservada. Braz cresceu em uma colônia espanhola, onde todos falavam a língua materna, prova de que as tradições eram mantidas. Contradizendo a idéia de que os espanhóis se integraram rapidamente à sociedade brasileira. Ele próprio veio a se casar com uma descendente de espanhóis.¹³

Dentre os relatos sobre a infância de Braz, salientou-se o cotidiano durante a Segunda Guerra Mundial. Sua mãe foi detida por não portar os documentos exigidos aos estrangeiros pelo Governo Vargas. Desenvolveu-se um escambo entre os vizinhos, por causa do racionamento de alimentos. Sendo a cidade muito distante e o transporte um tanto lento, era preferível trocar os alimentos produzidos na escola.

A escola é muito presente nas lembranças de Braz. Um verdadeiro ponto de comércio, onde ele e seus irmãos vendiam frutas, verduras, ovos e leite. Braz carregava 10 litros de leite em sua mochila por três quilômetros e descalço! Apesar de ter sido uma criança magra e franzina, enfrentava o frio, a chuva e o pó das estradas e ainda era bom aluno, pois sua professora elogiava muito seus desenhos. Também enfrentou a discriminação dos colegas, que pensavam que ele fosse alemão. Apesar dos percalços, Braz descreve uma infância feliz, recheada de festas e aventuras.

Braz faz inúmeras referências à vida da comunidade a qual pertencia, demonstrando que a rotina de sua família não se diferenciava da dos demais que os cercavam. As dificuldades eram grandes para todos, que pagavam seu pedaço de terra parcelado, derrubavam o mato, construía suas casas e começavam a plantar o café. Como este demorava a produzir, o sustento dava-se através do comércio de gêneros alimentícios. E as crianças não tinham nem sapatos. Mesmo assim, os que perseveraram enriqueceram. Braz

¹³ A sogra de Braz, Ana Maria Gil Marin, que veio para o Brasil com apenas dois anos de idade, falava o espanhol muito bem até seus 89 anos, quando veio a falecer. Apesar de crescer no Brasil e ter passado a vida toda aqui, o fato de dominar o idioma de origem, demonstra que a língua era falada pelos pais quando já estavam residindo no país (Dados obtidos com a entrevista realizada com Mariana Gonçalves Martins, em setembro de 2004).

cita seus nomes e até as ocupações atuais de alguns.

Em síntese, analisa-se o dia-a-dia da família Ponce desde o momento que imigram da Espanha para o Brasil (1897) até quando vão residir na região de Londrina (1943). Lembrando que, as experiências pessoais do autor inserem-se em uma história holística: a cafeicultura, a imigração europeia, a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial, a colonização do Norte do Paraná.

Após este breve estudo, é possível concluir que, a história de vida é uma fonte privilegiada, posto que dá voz e vez aos participantes dos processos históricos. Estudar a memória e o cotidiano destas pessoas comuns, é um dever do historiador, a fim de humanizar a história, dar-lhe rostos e nomes.

Bibliografia

AGUIAR, Cláudio. *Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da Memória: um estudo sobre Pedro Navas*. São Paulo: Edusp, 1997.

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. *Grandes regiões e grandes pioneiros*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1995.

ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. Atravessando el Atlântico: Escenarios migratórios. *Historia Antropologia y Fuentes Orales*, Barcelona, v. 28, p. 03-31, 2002.

BELLOTTO, Manoel Lelo. A Imigração Espanhola no Brasil. Estado do fluxo migratório para o Estado de São Paulo (1931-1936). *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Tel Aviv-Israel, v.3, n.2, p. 59-73, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brunesieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 287-299.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 183-191.

BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variedades de história cultural*. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 67-89.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-58, 1998.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Curitiba: Grafipar, 1981.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1890-1930*. São Paulo, Tese de Mestrado, FFLCH/USP, 2001.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930: protagonistas ou coadjuvantes. *Revista História Hoje - Revista Eletrônica de História: Associação Nacional dos Professores Universitários de História*, v. 2, n. 6, p. 01-16, 2005.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

CASAGRANDE, Iolanda. O trabalhador rural volante (“bóia-fria”) na região de Maringá, nos anos 70. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999, p.221-238.

CESÁRIO, Ana Cleide C. Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, Francisco Moraes. *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.

CIOFFI, Helena; PRAXEDES, Irene G.; VARELLA, Izaura A.T.; MESQUITA, Wilma K. *Cianorte. Sua história contada pelos pioneiros*. Cianorte: Gráfica Ideal, 1995.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Entre a memória e a história. In: PRIORI, Angelo (org.). *História Memória e Patrimônio*. Maringá: EDUEM, 2009, p. 11-25.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GONZÁLES MARTINEZ, Elda Evangelina. Los inmigrantes invisibles: condiciones de vida e identidad de los españoles en São Paulo, en la segunda mitad del siglo XX. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Tel Aviv-Israel, v.2, n.1, p. 1- 17, 2000.

GONZÁLES MARTINEZ, Elda Evangelina; NARANJO OROVIO, Consuelo. Notas bibliográficas sobre la emigración española a América Latina em el siglo XX: El caso de Cuba y Brasil. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas: C.I.S/REIS*, n. 26, p.215-226, 1984.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana.

Revista Brasileira de História, v. 24, n. 48, p. 13-38, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto. O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 26, p. 87-94, 2005.

KLEIN, Herbert S. *A imigração espanhola para o Brasil*. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1994.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Bóris (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 13-31.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, FGV, 1996, p. 141-184.

LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de História*, São Paulo: FFLCH/USP, n.121, p. 5-26, 1989.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Frontières Du Paraná; de la conolisation à la migration 1940/1980. *Cahiers Des Sciences Humaines de L'orstom*, Paris, v.22, n. 3-4, p. 269-280, 1986.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONCE MARTINS, Braz. *Memorial de um Século de Cafeicultores*. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda, 2003.

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion;

- VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 259-274.
- PRIORI, Angelo. Relações de trabalho e o direito ao salário e às férias. In: *O protesto do trabalho*. Maringá: EDUEM, 1996, p. 17-26.
- QUEIROZ, Maria Pereira de. Introdução. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 93-101.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Curitiba: DAP, 2005 (texto para discussão).
- SANTOS, Rubens dos et al. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná*. São Paulo: Ave Maria, 1977.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.
- STOLCKE, Verena. *Cafecultura. Homens, mulheres e capital (1850-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 65-91.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.239-263, 1988.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1988.

Recebido em: 10/09/ 2010

Aprovado em 14/09/2011